

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes

- Relatório da Administração
- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
- Parecer do Conselho Fiscal

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Aos Acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (DFP17). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e seus anexos.

Mensagem do Diretor Presidente

Em 2017, a VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A completou 8 anos desde a sua constituição, iniciando em 2018, seu 9º ano como operador rodoviário dos 680,6km pelos quais é responsável. Atingiram-se importantes marcos, com grandes planos e futuro promissor a sua frente.

Após grande empenho e esforço das equipes, conseguiu-se dar entrada no processo de Revisão Quinquenal junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), órgão federal responsável pela regulação do contrato de concessão, tendo sido a primeira concessionária de rodovias no Brasil a iniciar tal processo. A Revisão Quinquenal é um mecanismo previsto contratualmente com a intenção de adequar o contrato e seu plano de investimentos às atuais necessidades dos usuários e comunidades adjacentes às nossas rodovias, com foco na fluidez de tráfego, conforto e segurança para o usuário. Tal revisão iniciada em 2017 compõe explicativa para a redução no volume de investimentos, bastante divergente daqueles verificados em anos anteriores, fato também verificado em outras concessionárias.

De fato, verificaram-se fortes indicadores de recuperação da economia brasileira, como por exemplo a retomada da produção industrial, o reaquecimento dos índices ligados a atividade comercial, a reaproximação da taxa de inflação a sua meta, o anúncio de revisão da própria meta de inflação de 4,5% a.a. para 4,0% a.a. nos próximas dois anos e o índice Ibovespa retornando a patamares pré-crise financeira de 2008. Entretanto, a reduzida oferta de crédito para projetos de infraestrutura, as incertezas em torno dos grandes grupos construtores nacionais e a elevação do Risco-Brasil na percepção dos investidores estrangeiros limitaram uma recuperação mais significativa no mercado de concessões, este já prejudicado por contratos com condições e prazos demasiadamente otimistas e para os quais o Governo brasileiro vem trabalhando por uma solução. A proposição da MP 752/2016, hoje aprovada e convertida na Lei 13.448/2017, que define termos para devolução amigável de projetos em dificuldades, e da MP 800/2017, a chamada “MP das Rodovias”, são evidências desse esforço.

Dentre os destaques de 2017 pode-se citar:

- Conclusão das obras referente à nova ponte sobre o rio Paraguaçu, na BR-116;
- Redução de 15% no número de vítimas fatais em relação aquele verificado em 2016;
- Programa Ser Voluntário, que totalizou mais de 544 horas de jornada de trabalho destinadas a trabalhos voluntários em comunidades dentro do complexo viário administrado pela VIABAHIA.

Reconhecidamente, trata-se de um conjunto de conquistas modesto frente a todo trabalho desenvolvido em 2017, a dedicação e ao empenho com os quais seguiremos trabalhando ao longo de 2018 na busca por consolidar-se como referência nacional em gestão rodoviária, com base nas melhores práticas internacionais e nos mais elevados padrões no que se refere a ética, governança e sustentabilidade.

Por fim, deve-se reconhecer e agradecer, primeiramente, aos nossos colaboradores, que com garra e talento contribuíram constante e significativamente para atingir os objetivos definidos; a todos nossos parceiros, os quais nos apoiaram com sua colaboração, prestação de serviços e compartilhamento de expertises; aos agentes públicos, que tem se esforçado tanto quanto nós mesmos na intenção de ajustar o contrato de concessão, a fim

de prover os melhores serviços possíveis aos nossos usuários, aos quais somos gratos por toda confiança e por utilizarem nossa rodovia.

Temos certeza de que todos seguirão contribuindo para novas conquistas, novos aprendizados, novas parcerias, com muita dedicação e orgulho fazendo com que 2018 seja o ano marcado pela excelência.

Jose Pedro Guerreiro Bartolomeu

Diretor Presidente

Apresentação

A VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A foi constituída em 11 de maio de 2009, após o Consórcio RODOBAHIA ter logrado êxito no leilão referente ao Edital nº 001/2008, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Como sociedade de propósito específico (SPE), a VIABAHIA tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário (descrito na tabela abaixo), pelo prazo de 25 anos, obtendo remuneração mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

Rodovia	Referência de Início do Trecho Concedido	Referência de Fim do Trecho Concedido	Extensão
Rodovia Santos Dumont / BR-116/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	Divisa estadual BA/MG	554,1km
Rodovia Eng. Vasco Filho / BR-324/BA	Limite do Município de Salvador/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	113,2km
BA-526	Entrada BR-324	Entrada BA-528	9,3km
BA-528	Entrada BA-526	Acesso à Base Naval de Aratu	4,0km

Os referidos trechos foram efetivamente concedidos a partir de 20 de outubro de 2009 mediante assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) transfere o sistema rodoviário e o inventário da rodovia à Concessionária.

Em 2015, iniciaram-se as negociações entre o Grupo Isolux Corsán, acionista majoritária da Companhia à época, e a PSP Investments, um dos maiores fundos de pensão do Canadá, pela aquisição do braço responsável pelo desenvolvimento e gestão de projetos de concessão rodoviária com presença geográfica em 5 países, ao qual a VIABAHIA pertencia. No mesmo ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram formalmente a transferência do controle acionário indireto na Companhia, fazendo com que os 80,8% pertencentes à Isolux fossem transferidas para o controle da PSP. Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anuiu proposta de alteração societária, vindo a ser concretizada em 29 de abril de 2016, com a constituição da ROADIS Transportation, veículo da PSP Investments para investimentos em ativos de concessão rodoviária e ferroviária.

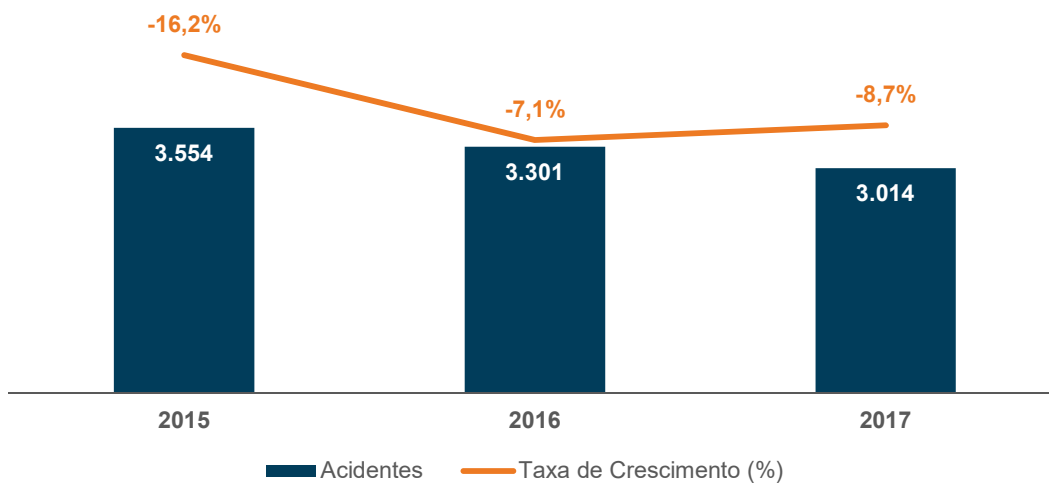
Atualmente, a PSP Investments é a única acionista da ROADIS Transportation, que por sua vez detém 94,7% do capital social da VIABAHIA.

Destaques 2017

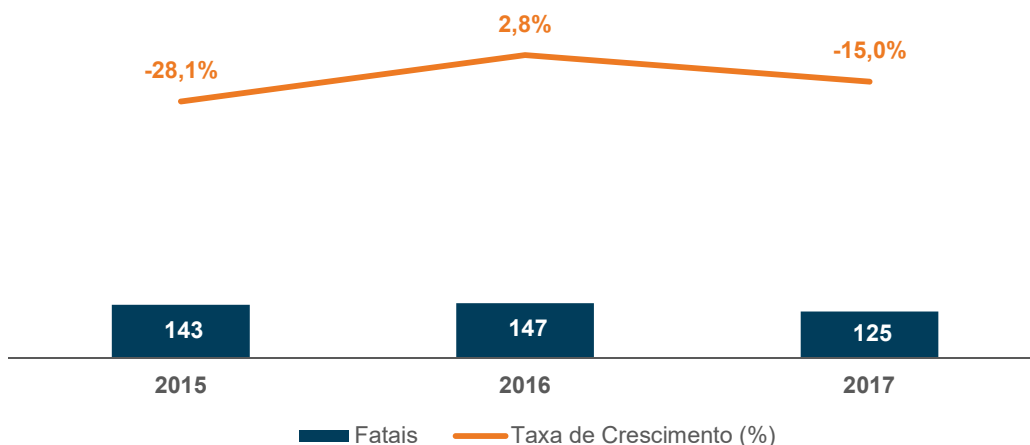
Atendimentos ao Usuário

Ao longo do trecho concessionados, existem quinze (15) bases de Serviço de Atendimento ao Usuários (SAUs), equipadas com banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, de onde o usuário pode solicitar atendimento médico e mecânico de emergência havendo necessidade. Nosso time de operações permanece disponível 24 horas por dia para prestar todo tipo de apoio operacional que o usuário venha a necessitar, contando com a mais completa lista de equipamentos, que contam com guinchos leves, guinchos pesados, unidades de atendimento pré-hospitalar, unidades de apoio paramédico, caminhões de combate a incêndio, veículos especiais para de captura de animais que prestam apoio na remoção de animais ao longo de toda a rodovia.

Evolução Número de Acidentes por Ano



Evolução Número de Acidentes Fatais por Ano



Em 2017, registrou-se uma redução de 8,7% no número de acidentes em relação a 2016, e uma redução 12,6% face a 2015, sendo que em se tratando de acidentes com vítimas fatais verificou-se redução de 15,0%. Acima disso, houve uma redução de 34,2% em 2017 no número de atendimentos realizados, totalizando 59.118. A

VIABAHIA está profundamente comprometida com a preservação da vida do usuário e dos habitantes das comunidades que compõem o seu sistema rodoviário. Estamos constantemente investindo em treinamento, reciclagem e aprimoramento das equipes operacionais, promovendo campanhas de conscientização de motoristas e em infraestrutura diretamente ligadas à segurança de todos, como passarelas, melhorias e manutenção de sinalização vertical e horizontal. Para os próximos anos, nosso foco será focar investimentos em tecnologia, como reposição das câmeras do circuito fechado de televisão (CFTV) por outras de maior resolução e, conseqüentemente, maior alcance, instalação de fibra ótica ao longo da rodovia e construção dos postos de pesagem fixa (PPFs), garantindo maior segurança e satisfação de todos.

Certificações

Em 2017 a concessionária passou por auditoria de atualização de certificação das normas ISO 9001 e ISO 14001, realizada por auditoria externa, obtendo a recomendação de certificação nas duas normas, em sua versão mais atual - 2015. O processo reforça o compromisso que a VIABAHIA tem em melhorar continuamente seus processos conforme exigências das normas, como melhorar suas ferramentas e métodos de gestão, atendendo às diretrizes de sua Política de Qualidade e Meio Ambiente.

A Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto que atendam aos interesses das partes relacionadas.

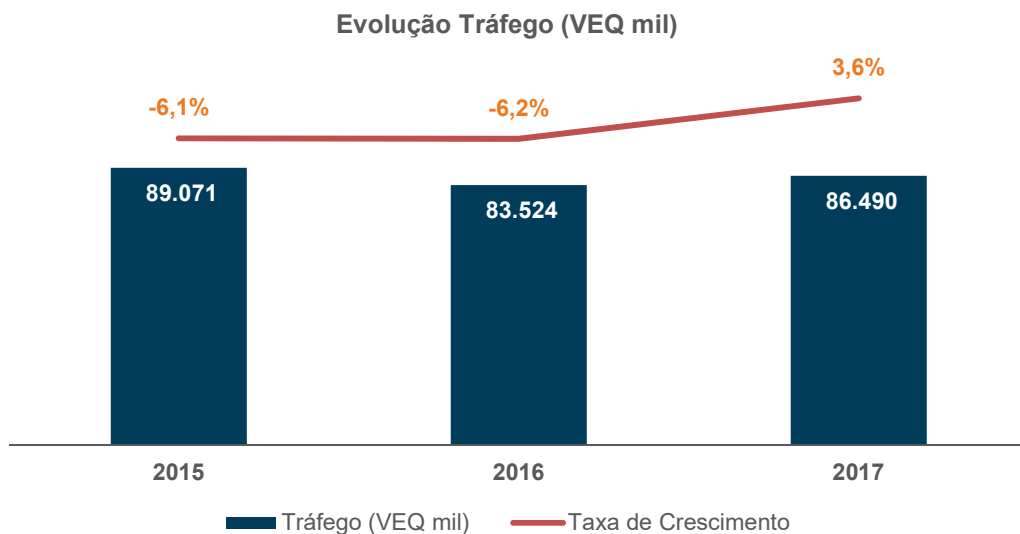
Prêmio IdeiaXeque

O Prêmio IdeiaXeque surgiu da iniciativa de instituir-se um programa de inovação contínua, com foco em estimular ideias criativas entre os colaboradores da VIABAHIA, visando a melhoria dos processos e/ou a criação de novas soluções e estratégias, a fim de trazer valor aos colaboradores, usuários, comunidades adjacentes à rodovia e acionista. A 1ª Edição foi promovida no segundo semestre de 2017, resultando na inscrição de 84 ideias, das quais com 13 foram premiadas. Dentre os destaques, pode-se citar:

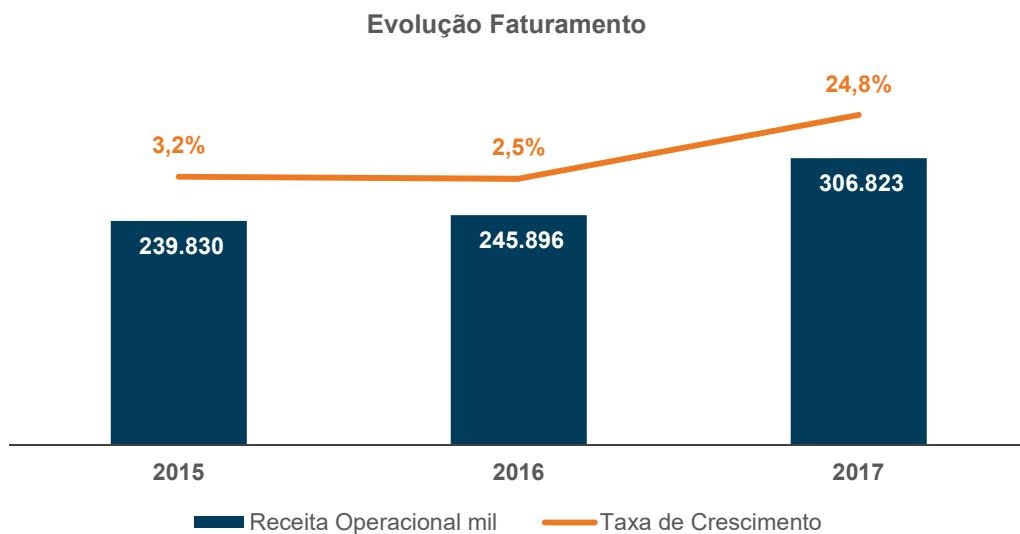
- Implantação, promoção e utilização de energias renováveis.
- Redução do consumo de água e sistema de detecção de fauna.
- Aplicativo proprietário para celular com georeferenciamento, pagamento da tarifa de pedágio e interação entre usuário e Concessionária.

Tráfego e Arrecadação

Em 2017, houve uma recuperação no tráfego em aproximadamente 3,6%, devido ao aumento do fluxo de caminhões das categorias 7, 8 e 9, no transporte de grãos vindos da região do Oeste baiano. Desde do ano de 2016, a Bahia vem aumentando sua produção agrícola e impulsionando o tráfego em nosso sistema rodoviário. Para 2018 acreditamos que o volume de tráfego pode sofrer impactos positivos, decorrentes da recente modernização do porto de Salvador entregue em outubro 2017, o qual dobra a sua capacidade.



A arrecadação em 2017, foi R\$ 306,8 milhões, comparado a 2016 R\$ 245,9 milhões, houve um aumento em 24,8%, decorrente do aumento de 3,6% no volume de tráfego, e principalmente, do reajuste de 21,62% na tarifa de pedágio.



Estratégia e Gestão

Governança Corporativa

Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

A diretoria executiva de uma empresa é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar os atos necessários à administração e à condução dos negócios sociais da Companhia, quais sejam indicados por lei ou pelo Estatuto Social. Nossa diretoria é composta por dois membros eleitos pelo Conselho de Administração. Este último, por sua vez, é composto por 7 membros eleitos não remunerados, destituíveis através de Assembleia Geral. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de até 2 anos, com possibilidade de reeleição.

DIRETORIA EXECUTIVA			
Nome	Atribuições	Data de Eleição	Prazo
José Pedro Guerreiro Bartolomeu	Diretor Presidente Diretor Administrativo Financeiro Diretor de Relação com Investidores	02/02/2018	2 anos
Hederverton Andrade Santos	Diretor Institucional Diretor de Desenvolvimento de Negócios	28/04/2017	2 anos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Nome	Cargo	Data de Eleição	Prazo
José Pedro Guerreiro Bartolomeu	Presidente do Conselho de Administração	19/02/2018	2 anos
Eduard Soler Babot	Membro de Conselho de Administração	08/08/2016	2 anos
Javier Alvarez Laorga	Membro de Conselho de Administração	08/08/2016	2 anos
José Antonio Labarra Blanco	Membro de Conselho de Administração	28/04/2017	2 anos
Hederverton Andrade Santos	Membro de Conselho de Administração	28/04/2017	2 anos
Maria Esther Ayuso Gil	Membro de Conselho de Administração	19/02/2018	2 anos
Ana Lorente García-Barbón	Membro de Conselho de Administração	19/02/2018	2 anos

Por sua vez, o Conselho Fiscal, instaurado nos termos do art. 161, § 2. da Lei. Nº 6.404/76 em 28 de abril de 2017, é composto por três membros efetivos mais dois suplentes, em caráter não-permanente nos casos previstos em lei. Os membros efetivos e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, com possibilidade de reeleição.

CONSELHO FISCAL			
Nome	Cargo	Data de Eleição	Prazo
Reinaldo Cardoso da Silveira	Presidente do Conselho Fiscal	28/04/2017	1 ano
Manoela Cristina Silva Almeida	Membro do Conselho Fiscal	28/04/2017	1 ano
Ademir José Scarpin	Membro do Conselho Fiscal	31/10/2017	1 ano
Marcelo Freitas Pereira	Suplente do Conselho Fiscal	28/04/2017	1 ano
João Fernando Scarpin	Suplente do Conselho Fiscal	28/04/2017	1 ano

ACE – Auditoria, Compliance e Ética

Diante da relevância de suas atividades para o desenvolvimento do setor rodoviário, especialmente no estado da Bahia, a Diretoria Executiva da VIABAHIA decidiu, em 30 de agosto de 2016, implantar departamento Auditoria, Compliance e Ética (ACE). O principal objetivo desta iniciativa é promover e aprimorar sua atuação com base nos mais elevados padrões éticos, conduzindo e desenvolvendo novos negócios com cordialidade, integridade, transparência, empenho e consciência socioambiental, observando as normas e leis que se aplicam ao negócio, sobretudo à Lei 12.846/2013.

Em 30 de janeiro 2017, foram aprovados o (i) Código de Conduta e Políticas da VIABAHIA e (ii) o Programa de Compliance, com a finalidade de disseminar e incentivar a cultura de integridade e combate à corrupção, fraude e suborno em todo e qualquer relacionamento. Adicionalmente, potenciais riscos ao nome, imagem e reputação da Companhia são consideravelmente mitigados, além de promover o combate à corrupção no mundo corporativo.

Dentre as iniciativas, podemos destacar as seguintes:

- Nomeação do *Compliance Officer*;
- Criação do Comitê de Ética e *Compliance*, responsável pelos aspectos relativos ao Código de Conduta, Políticas e Procedimentos;
- Comunicação e treinamentos para disseminar a importância de aderir ao Código de *Compliance* e aos princípios de ética e integridade;
- Implantação do Canal de Denúncia, o qual permite aos colaboradores apresentarem suspeitas ou violações de qualquer lei, regra ou regulamento aplicável aos negócios da companhia, inclusive de forma anônima e protegida de qualquer retaliação.

Gestão de Pessoas

A Gestão de Talentos Humanos foi implantada em maio 2015 na VIABAHIA, que tem como premissa desenvolver e promover o desempenho eficiente do seu efetivo, de modo que através da nossa empresa, às pessoas alcancem os seus objetivos individuais, relacionados direta ou indiretamente com o trabalho. Desejamos que nossos colaboradores estejam realizados e satisfeitos no que fazem e almejem o desenvolvimento de carreira na organização, buscando o alinhamento de futuro de cada integrante ao futuro da empresa. Temos como diretrizes básicas o respeito, a valorização e reconhecimento das pessoas, assegurando a produtividade em níveis crescentes, mantendo um ambiente de trabalho que valorize a competência e estimule o autodesenvolvimento, atendendo os anseios do colaborador quanto à segurança e a preservação da saúde no ambiente de trabalho. Buscamos que nossos talentos sejam considerados elementos importantes e estratégicos para a manutenção e crescimento da organização, investindo na retenção das nossas pessoas, pautando-se por princípios éticos e legais.

Na busca constante pela retenção dos nossos talentos, visamos anualmente ações motivacionais que possam vincular nossas pessoas a satisfação de trabalharem na VIABAHIA. Dentre as ações de sucesso em destaque, temos o Short Friday e Home Office.

A Companhia trabalha continua e ativamente no desenvolvimento dos seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2017, ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Avaliação de Desempenho e Feedback, Gestão Contratual, Encontro de Líderes – Desenvolvimento de Performance, Código de Conduta e *Compliance*, Excel Avançado, Power BI, Media Training, Logística, Atendimento e Otimização de Recursos Operacionais e entre outros que foram capacitações realizadas *in company* para os cargos de gestão e todo o quadro funcional da VIABAHIA. Segue abaixo quadro:

Treinamentos em Números	2016	2017
Turmas	115	236
Horas de Treinamento	3.452,9	5.043,9
Participações	242	512
Horas Por Trabalhador	5,0	7,6

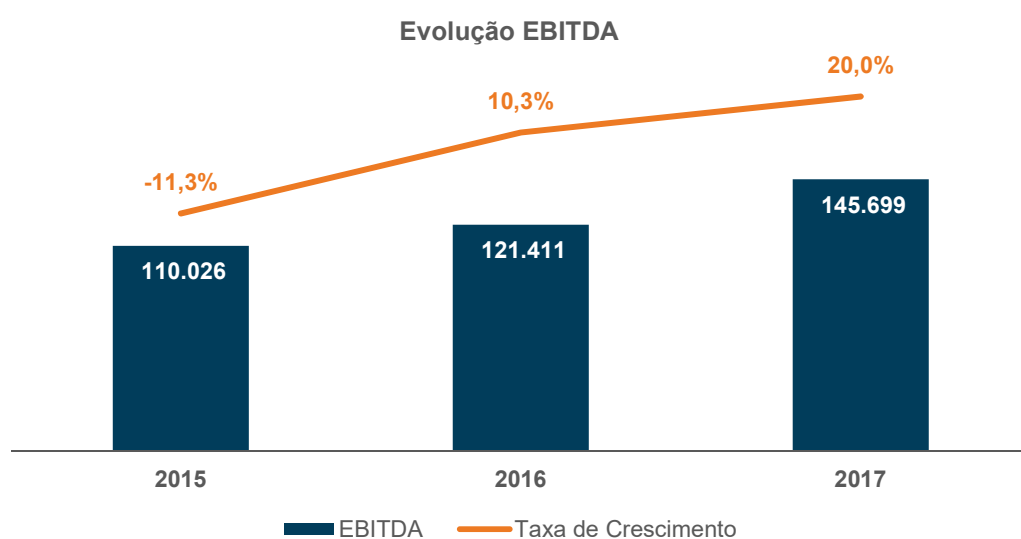
A VIABAHIA em todos os anos de sua atividade sempre buscou atender as inclusões de pessoas com deficiências no seu quadro de colaboradores, respeitando e se adequando as necessidades dessas pessoas. Em 2017 a empresa organizou um treinamento de Libras, visando assim uma comunicação mais clara e adequada de adaptação junto aos colaboradores com deficiências auditivas.

Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)	2015	2016	2017
Receita Bruta Incluindo a Receita de Construção (IFRS)	475.536	436.926	329.042
Receita Bruta excluindo a Receita de Construção (IFRS)	242.706	248.802	309.777
- Receitas com Pedágio	239.830	245.896	306.823
- Receitas Acessórias	2.876	2.906	2.954
- Receita de Construção (IFRS)	232.830	188.124	19.265
Tributos/Deduções	(21.048)	(21.666)	(26.960)
Receita Líquida excluindo a Receita de Construção (IFRS)	221.658	227.136	282.817
(+) Receita de Construção (IFRS)	232.830	188.124	19.265
Receita Líquida incluindo a Receita de Construção (IFRS)	454.488	415.260	302.082
Custos Operacionais	(365.658)	(335.135)	(233.385)
- Custos de Manutenção	(17.486)	(11.901)	(35.895)
- Provisão de Manutenção	-	-	(105)
- Custos de Operação	(64.219)	(63.052)	(65.509)
- Custos de Monitoração	(2.094)	(1.195)	(581)
- Custo de Construção (IFRS)	(226.956)	(184.436)	(18.887)
- Depreciação e Amortização	(54.903)	(74.552)	(112.408)
Lucro Bruto	88.830	80.125	68.697
- Despesas Administrativas e Outras	(27.833)	(29.575)	(35.133)
- Depreciação e Amortização	(1.135)	(1.054)	(981)
EBIT	59.862	49.496	32.583
(+) Depreciação e Amortização	56.038	75.603	113.389
EBTIDA	115.900	125.099	145.972
Ajustes	(5.874)	(3.688)	(273)
- Receita de Construção (IFRS)	(232.830)	(188.124)	(19.265)
- Custo de Construção (IFRS)	226.956	184.436	18.887
- Provisão de Manutenção	-	-	105
Valor EBITDA ajustado	110.026	121.411	145.699
<i>Margem do EBITDA ajustado</i>	<i>49,6%</i>	<i>53,5%</i>	<i>51,5%</i>
Resultado Financeiro Líquido	(86.461)	(88.268)	(86.146)
Lucro (Prejuízo) Antes do IR/CSLL	(26.599)	(38.772)	(53.563)
IR/CSLL	8.855	10.383	15.236
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(17.744)	(28.389)	(38.327)

- 24,8% de incremento na Receita Bruta 2017 comparada ao montante registrado em 2016, em função do aumento de 3,6% no volume de tráfego e reajuste de 21,62% na tarifa de pedágio.
- Custos e despesas apresentam evolução de 42,3% frente aos valores do ano anterior em função, principalmente devido a um maior investimento em gastos na recuperação e manutenção de pavimento.
- Com a conclusão da Revisão Quinquenal e retomada de investimentos de maior magnitude, será possível otimizar os gastos com recuperação de pavimento num fator de 35% a 45%.

- Resultado Operacional 20,0% acima daquele de 2016, resultado principal da evolução na receita de pedágio.
- Alteração no critério para cálculo da amortização do Ativo Intangível, antes apurados com base na curva de demanda e atualizados para o método linear com base no prazo remanescentes da concessão, melhor refletindo os padrões de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
- Resultado financeiro dentro do esperado, considerando-se despesa financeira de R\$ 91,0 milhões, derivada do financiamento ativo, descontando-se R\$ 4,9 milhões de juros recebidos de aplicações financeiras.
- Evolução de 35,0% no prejuízo líquido, de R\$ 28,4 milhões para R\$ 38,3 milhões, principalmente em função do resultado financeiro e atualização do critério de amortização.



Informações de Balanço (R\$ mil)	2015	2016	2017
a. Patrimônio Líquido	579.708	715.949	718.992
b. Ativo Total	2.042.419	2.073.693	2.214.487
c. Número de ações	429.121	635.121	635.121
d. Valor patrimonial da ação	1,35	1,13	1,13
e. Média ponderada de ações	311.432	608.034	621.559
f. Resultado líquido por ação (média ponderada)	(0,06)	(0,05)	(0,06)

Investimentos

A Companhia iniciou em 2017 o 8º ano do seu contrato de concessão e, apesar da suspensão temporária dos desembolsos junto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos repassadores, vem realizando investimentos na recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvimento de projetos de ampliação e melhorias operacionais. O total investido até 31 de dezembro de 2017 é igual a R\$ 1.769 milhões, sendo que no exercício de 2017 foram gastos, R\$ 52 milhões, em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, obras de duplicação na

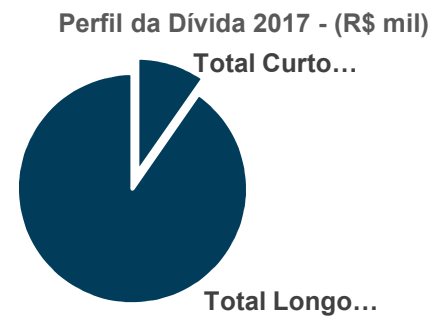
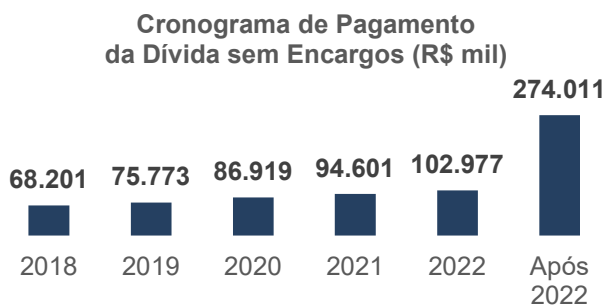
rodovia. Houve a entrega da passarela no município de Amélia Rodrigues, provendo maior segurança aos pedestres que circulam na localidade. Uma das principais obras do ano de 2017, foi a entrega da nova Ponte sobre o Rio Paraguaçu, com extensão de 252 metros da BR -116, entre o município de Rafael Jambeiro e Santa Terezinha, atende a 10.500 veículos por dia e proporciona mais conforto e segurança aos usuários.

A expectativa da Concessionária para 2018 é concluir até abril de 2018 o processo da Revisão Quinquenal, através do qual será definido o novo plano operacional e de investimento das rodovias, adaptando os investimentos às reais necessidades dos usuários, para retomar os investimentos. Em paralelo, o time da VIABAHIA já vem trabalhando junto a fornecedores, financeiros e não-financeiros, a elaboração de projetos, estudos, licenças e demais requerimentos à execução do novo plano de obras.

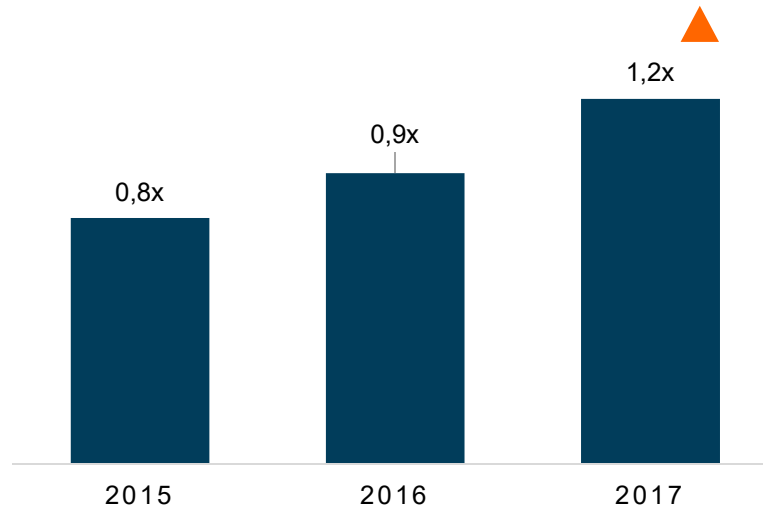
Endividamento

Condizente com outras empresas do setor, a Administração da Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. Atual estrutura de financiamento pode ser demonstrada com os seguintes quadros abaixo:

Banco	Taxas de Juros	Saldo em Dez 2017
BNDES	TJLP + 2,16%	548.532
HAITONG	TJLP + 5,20%	58.193
Votorantim	TJLP + 5,55%	56.913
ABC Brasil	TJLP + 5,30%	38.844
Total Saldo Dívida Financeira		702.482



Índice de cobertura do serviço da dívida (principal acrescido dos juros pagos)



O indicador acima demonstra a capacidade de pagamento do financiamento contratado pela VIABAHIA. O índice em 2017 foi de 1,2x comparado a 0,9x de 2016. A melhora no indicador é decorrente do aumento das receitas operacionais.

A Administração vem negociando com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$1.369,3 milhões, cujos desembolsos foram temporariamente suspensos em meados de 2016. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores, até 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$ 847,2 milhões, dos quais R\$ 168,6 milhões já foram amortizados. A Companhia está aguardando a manifestação do BNDES para o próximo trimestre de 2018 e, com a retomada dos investimentos, acreditamos em novos desembolsos por parte do BNDES e bancos repassadores

Sustentabilidade

Temos muito clara nossa missão de administrar a rodovia com responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades, com soma de valor para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Diante disso, a concessionária vem desenvolvendo projetos e ações que visam estimular a conscientização, participação e a educação dos usuários das rodovias e comunidades no entorno do trecho sob sua administração.

Desempenho Socioambiental

Semana Nacional de Trânsito

Na área de educação de trânsito no dia 18 de setembro 2017, primeiro dia da Semana Nacional de Trânsito, a Concessionária, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), realizou ações voltadas aos futuros motoristas. Nesse encontro os alunos e professores da Escola Municipal Maria Rosa Freire, localizada no bairro da Palestina, município de Salvador, conheceram as instalações da Sede da Concessionária e em seguida foram encaminhados para um workshop de grafite, realizada pelo artista visual Denissena.

Após o workshop, os pequenos cidadãos participam de uma palestra de educação para o trânsito oferecida pela Polícia Rodoviária Federal, além de um teatro de fantoches feito pela equipe do setor ambiental da VIABAHIA, que abordou de forma lúdica os perigos em deixar animais domésticos soltos às margens das rodovias.

Também participaram das ações 100 colaboradores que ficam alocados na Sede da concessionária.

O objetivo das ações foi sensibilizar os alunos sobre a importância de um trânsito mais seguro e humano para que possam repassar o aprendizado para seus pais, tios, avós e demais adultos.

Parceria VIABAHIA e Projeto Axé em Sustentabilidade

No final de 2016, foi fechada uma parceria com o Projeto Axé, para as questões relacionadas a inclusão social, geração de renda e sustentabilidade. Em 2017, foram doados 391 fardamentos inutilizados, que antes seriam descartados, para transformá-los em bolsas, mochilas, lixeiras, porta moedas, porta celular, nécessaire dentre outros, para transformá-los em matéria-prima para produção de produtos sustentáveis.

Além do benefício ambiental, através da redução dos resíduos gerados pelo descarte dos fardamentos, a Concessionária pode comprar brindes produzidos com os próprios fardamentos para presentear seus colaboradores internos no dia do Meio Ambiente. Ademais, foi possível contribuir com o Projeto com o retorno financeiro dos brindes.

Programa Ser Voluntário

A Companhia implantou em 2015 o Programa “Ser Voluntario”, desenvolvido para que os colaboradores da VIABAHIA possam doar um pouco do seu tempo e habilidade às escolas próximas aos locais onde residam ou trabalham. É uma forma de contribuir para a educação do estado, explorando a vocação solidária e de ajuda ao próximo, inerente a todo o ser humano.

Programa de Educação Ambiental

O Programa de Educação Ambiental (PEA), visa estabelecer as diretrizes e o conteúdo a ser trabalhado pela VIABAHIA junto ao seu público-alvo, composto pelos grupos sociais das áreas de influência/lindeiras às rodovias administradas pela Concessionária, bem como pelos trabalhadores envolvidos no empreendimento (colaboradores internos e externos).

Na busca da mudança de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente, esse formato de educação pode superar a simples aquisição de conhecimento e adicionar aos envolvidos valores, atitudes, comportamentos e habilidades.

Dia Mundial do Meio Ambiente

Em maio de 2017, comemorou-se o Dia Mundial do Meio Ambiente, quando crianças de diversas idades, acompanhadas por seus pais e professores, tiveram um dia diferente e puderam compartilhar experiências e aprendizados sobre o meio ambiente e a importância de preservá-lo, além da preocupação com os animais domésticos e silvestres.

O projeto envolveu no dia 01, cerca de 400 alunos do Grupo Escolar Luis Navarro de Brito e da Creche Maria Conceição Vieira, no município de Irajuba.

No dia 05, mais 200 alunos da Escola Iraci Barreto e Antonio Carlos Magalhães, em Milagres. O prefeito e o Secretário de Meio Ambiente do município de Irajuba também estiveram presentes nas ações.

Durante as atividades, foi apresentado um mural de fotos com animais silvestres da região, com o objetivo de mostrar à comunidade escolar a biodiversidade local, suas inter-relações com a flora e a importância de cada organismo na natureza. Em seguida, todos foram convidados a assistir ao Teatro de Fantoques VIAMBIENTAL, que abordou o Programa de Proteção à Fauna.

Dia da Árvore e da Defesa da Fauna

Em setembro 2017, foi firmado uma parceria entre a VIABAHIA e Secretaria de Educação do município de Nova Itarana, localizado na BR-116/BA. O objetivo desta reunião foi a realização de ações educativas em comemoração ao Dia da Árvore e Defesa da Fauna, que foi realizado em 21 de setembro, para 454 alunos do Grupo II ao 5º Ano, dos turnos matutino e vespertino, da Escola Municipal Sinval Galvão de Souza, em Nova Itarana.

As atividades iniciaram com a apresentação do “varal de fotos” da flora e fauna local, com abordagem da importância das espécies para conservação da biodiversidade, bem como a desmistificação dos animais peçonhentos.

Em seguida, os alunos participaram de uma palestra interativa, na qual foram abordadas as inter-relações, os benefícios, importância biológica e socioeconômica dos temas supracitados.

Campanha Lixeira na Rodovia

Como parte da educação ambiental, a Concessionária promoveu a “Campanha Lixeira na Rodovia”, onde mantém instaladas lixeiras seletivas nas Bases dos Serviços de Atendimento ao Usuário (SAUs), galpões e praças de pedágio.

Esta medida visa à sensibilização dos usuários, moradores dos municípios e bairros no entorno da rodovia, bem como dos funcionários da Concessionária.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Companhia informa que, no exercício findo em 31.12.2017 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

As informações financeiras da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A diretoria da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A, declara nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 07 de março de 2018.

Diretoria

José Pedro Guerreiro Bartolomeu

Diretor Presidente

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Hederverton Andrade Santos

Diretor Institucional de Desenvolvimento de Negócio

Conselho de Administração

José Pedro Guerreiro Bartolomeu

Presidente

Hederverton Andrade Santos

Conselheiro

José António Labarra Blanco

Conselheiro

Ana Lorente García-Barbón

Conselheira

Francisco Javier Alvarez Laorga

Conselheiro

Maria Esther Ayuso Gil

Conselheira

Eduard Soler Babot

Conselheiro



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Bahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões para riscos regulatórios

A Companhia, conforme divulgado na Nota 23, possui autos e notificações de infração emitidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em andamento nas esferas administrativa e judicial, cujo valor agregado totaliza R\$ 111.254 mil, em 31 de dezembro de 2017. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, que consideram o êxito da Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente como “possível”, e não “provável”, nenhuma provisão foi constituída.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido aos impactos que o desfecho das negociações que vem sendo realizadas entre a Companhia e a ANTT, relativas ao novo cronograma proposto para conclusão das obras de recuperação e duplicação condicionadas, podem ter em relação ao efetivo cumprimento por parte da mesma das obrigações estabelecidas no contrato de concessão da rodovia; pelos valores envolvidos nos autos e notificações emitidas pelo órgão regulador; por envolver julgamento significativo pela Administração na determinação da probabilidade de perda e se uma provisão deve ser constituída; e pela complexidade do ambiente regulatório no Brasil.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise de publicações, comunicados, autos e notificações emitidos pela ANTT, bem como reuniões periódicas com a Administração e responsáveis pelo Departamento de Regulação para discutir a evolução das negociações junto à ANTT e principais processos em aberto. Também obtivemos confirmações de consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas posições com as da Administração em relação a avaliação e expectativa de perda de cada um dos autos e notificações materiais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados em relação às avaliações executadas pela Administração da Companhia em relação aos temas regulatórios que vêm sendo discutidos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas na avaliação da probabilidade de perda nas discussões, e para o reconhecimento da provisão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

Conforme divulgado na Nota 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registra, em contrapartida do Intangível-Concessão, provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia no montante de R\$743.765 mil, que representa a melhor estimativa da Administração, a valor presente, para finalização das obras obrigatórias estabelecidas no Contrato de Concessão e no Programa de Exploração Rodoviária - PER.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria, devido à magnitude dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa desta provisão, que requer significativo julgamento por parte da Administração na determinação das premissas utilizadas, que incluem o período em que as obras serão executadas e a taxa de desconto a valor presente.



Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e a eficácia dos controles internos sobre a estimativa e contabilização da provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia, e a discussão das premissas utilizadas pela Administração. Realizamos, também, recálculo da determinação da provisão registrada pela Companhia, confrontamos os valores estimados para cada um de seus componentes significativos com informações de contratos de execução de serviços já em andamento, com as obrigações estabelecidas pelo contrato de concessão e PER, assim como observamos as variações ocorridas entre os gastos previamente orçados e os realizados durante o exercício corrente. Adicionalmente, comparamos a taxa de desconto utilizada para ajuste da provisão ao seu valor presente, com dados internos da Companhia e fontes comparáveis de mercado. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação dos critérios adotados para a determinação da provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas para o reconhecimento da provisão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível

Devido a situação econômica brasileira desfavorável, ao capital circulante líquido negativo, aos prejuízos acumulados e ao prejuízo apurado pela Companhia no presente exercício, um teste para determinação do valor recuperável do ativo intangível, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$2.152.417 mil, foi realizado pela Administração. Esse assunto encontra-se divulgado na Nota 9 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, devido à complexidade e à criticidade do processo de avaliação da Administração, que se baseia em diversas premissas, como a taxa de crescimento do volume de tráfego, percentual de reajuste tarifário, previsão de investimentos para recuperação, melhoramento e manutenção da rodovia, comportamento dos custos e despesas operacionais e a taxa de desconto dos fluxos de caixa projetados, que são afetadas pelas condições futuras esperadas de mercado ou econômicas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos procedimentos de orçamento da Companhia (nas quais as previsões se baseiam) e testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pela Administração. Testamos a precisão matemática do cálculo e avaliamos as suas principais premissas, quais sejam: taxa de desconto, taxa de crescimento do volume de tráfego, das receitas, custos e despesas, percentual de reajuste tarifário, previsão de investimentos para recuperação, melhoramento e manutenção da rodovia, comportamento dos custos e despesas operacionais e a taxa de desconto. Estes procedimentos foram realizados com o auxílio de nossos especialistas da área de transações – avaliação. Efetuamos também a análise das divulgações realizadas sobre o assunto.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação dos procedimentos adotados para elaboração do teste sobre eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável do ativo intangível, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador (BA), 07 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	13.014	11.670
Contas a receber (Nota 5)	16.477	14.842
Tributos a recuperar	2.056	1.393
Despesas antecipadas (Nota 6)	2.717	2.691
Outros ativos	573	282
	34.837	30.878
Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 23)	710	1.476
Tributos diferidos (Nota 14)	21.171	5.935
Imobilizado (Nota 8)	5.352	5.749
Intangível (Nota 9)	2.152.417	2.029.655
	2.179.650	2.042.815
Total do ativo	2.214.487	2.073.693

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 10)	40.419	96.012
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	36.314	24.977
Salários e encargos sociais	4.525	5.588
Tributos a recolher	3.491	2.695
Verba de fiscalização e segurança no trânsito (Nota 15)	515	497
Parcelamentos de dívidas com ANTT (Nota 13)	9.628	10.738
Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 12)	9.943	246.379
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios (Nota 23)	1.111	1.373
Outros passivos	15.025	2.621
	120.971	390.880
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	630.924	693.286
Parcelamentos de dívidas com ANTT (Nota 13)	9.672	10.287
Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 12)	733.928	263.291
	1.374.524	966.864
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	797.516	756.146
Reservas de lucros	5.936	5.936
Prejuízos acumulados	(84.460)	(46.133)
	718.992	715.949
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.214.487	2.073.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto prejuízo básico e diluído por ação expresso em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações continuadas		
Receita operacional líquida (Nota 17)	302.082	415.260
Custo dos serviços prestados (Nota 18)	(233.385)	(335.135)
Lucro bruto	68.697	80.125
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(35.025)	(30.198)
Honorários da Administração (Nota 7)	(1.104)	(471)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	40
Lucro operacional	32.583	49.496
Receitas financeiras (Nota 20)	4.942	4.039
Despesas financeiras (Nota 20)	(91.088)	(92.307)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(53.563)	(38.772)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 21)	15.236	10.383
Prejuízo do exercício	(38.327)	(28.389)
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$ (Nota 22)	(0,06)	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(38.327)	(28.389)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(38.327)</u>	<u>(28.389)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital			Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Subscrito	Capital a realizar	Realizado	Legal		
Em 1º de janeiro de 2016	591.516	-	591.516	5.936	(17.744)	579.708
Aumento de capital	206.000	(41.370)	164.630	-	-	164.630
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(28.389)	(28.389)
Em 31 de dezembro de 2016	797.516	(41.370)	756.146	5.936	(46.133)	715.949
Aumento de capital (Nota 16 a))	-	41.370	41.370	-	-	41.370
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(38.327)	(38.327)
Em 31 de dezembro de 2017	797.516	-	797.516	5.936	(84.460)	718.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(53.563)	(38.772)
Ajustes de		
Depreciação e amortização	113.389	75.603
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	(262)	506
Provisão para manutenção	106	-
Juros e variações monetárias, líquidas	66.497	68.751
AVP da provisão para investimento da rodovia	17.338	17.413
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	543	370
Valor residual da baixa de ativo imobilizado/intangível	93	-
Margem de construção	(378)	(3.688)
	143.763	120.183
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(2.178)	(3.658)
Tributos a recuperar	359	1.523
Despesas antecipadas	(26)	94
Títulos e valores mobiliários	2.270	146
Outros ativos	476	2.137
Fornecedores	(55.593)	19.223
Salários e encargos sociais	(1.063)	(2.065)
Tributos a recolher	796	(1.204)
Outros passivos	10.696	2.048
Caixa gerado nas operações	99.500	138.427
Juros pagos sobre empréstimos	(63.636)	(65.901)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	35.864	72.526
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(531)	(2.817)
Aquisições de bens do ativo intangível	(16.603)	(180.175)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.134)	(182.992)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	6.437
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(58.756)	(62.827)
Aumento de capital	41.370	164.630
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(17.386)	108.240
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	1.344	(2.226)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.670	13.896
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.014	11.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas	329.042	436.926
Receita de construção	19.265	188.124
Receita de pedágio e acessórias	309.777	248.802
Insumos adquiridos de terceiros	(114.030)	(258.139)
Custo do serviço de construção	(18.887)	(184.436)
Custo da concessão	(79.241)	(55.596)
Outras despesas	(15.902)	(18.107)
Valor adicionado bruto	215.012	178.787
Depreciação e amortização	(113.389)	(75.603)
Valor adicionado líquido produzido	101.623	103.184
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.942	4.039
Outras receitas	15	40
Valor adicionado total a distribuir	106.580	107.263
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	31.284	21.937
Remuneração direta	21.337	14.197
Benefícios	6.863	5.456
Rescisões	613	360
Honorários da diretoria	1.104	471
Encargos sociais (exceto INSS)	1.402	1.170
Outros	(35)	283
Impostos, taxas e contribuições	18.514	16.728
PIS/COFINS sobre faturamento	11.474	9.244
Imposto de renda e contribuição social diferido	(15.236)	(10.383)
INSS (sobre folha de pagamento)	5.051	3.766
ISS sobre faturamento	15.487	12.423
Outros	1.738	1.678
Remuneração de capitais próprios	(38.327)	(28.389)
Prejuízos	(38.327)	(28.389)
Remuneração de capitais de terceiros	95.109	96.987
Juros	91.088	92.307
Aluguéis	4.021	4.680
Valor adicionado distribuído	106.580	107.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede em Salvador - Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116/BA Feira de Santana - Divisa BA/MG
- BR-324/BA Salvador - Feira de Santana
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia - PER estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- **Obras iniciais:** compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia a abril de 2010. Estas obras foram finalizadas e recebidas pela ANTT em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas.
- **Recuperação:** obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. A PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados imediatamente após a conclusão das obras iniciais, estendendo-se no máximo até o final do 5º (quinto) ano do Prazo da Concessão (outubro de 2014), sendo que, dentro desse limite, prazos distintos foram estabelecidos para conclusão dos diferentes serviços.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

- Duplicação (*): realização de obras de duplicação de pista em 13 (treze) sub-trechos da rodovia BR 116, que totalizam 441,6 Km de extensão, condicionadas ao atingimento de um Volume Médio Diário (VMD) por sub-trecho de 6.500 veículos., implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos em 3 (três) sub-trechos da rodovia BR 324, que totalizam 106,7 Km de extensão, condicionadas ao atingimento de um VMD por sub-trecho de 70.000 veículos.
- Obras Obrigatórias: são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras.

A Companhia iniciou em 2017, o 8º ano do seu contrato de concessão junto a ANTT e apesar da queda na economia, ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra optica, em 681 km da rodovia. O total investido até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1.768.601, sendo que no exercício de 2017, foi gasto R\$ 52.317, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, obras de duplicação na rodovia. Houve a entrega da passarela no município de Amélia e a finalização da Ponte sobre o Rio Paraguaçu com extensão de 252 metros da BR -116, que atenderá 10.500 veículo diários. (**)

Em 22 de fevereiro de 2017, a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT comunicou, através do Ofício nº 096/2017/SUINF, a sua concordância com a abertura do processo da Revisão Quinquenal, prevista na cláusula 16.5 do Contrato de Concessão, que possibilita a reavaliação da Concessão em relação à sua compatibilidade com as reais necessidades advindas do Sistema Rodoviário e do cenário econômico.

Em 08 de junho de 2017, através da carta VB-GEC-0540/2017, foi apresentando à ANTT a primeira proposta da revisão quinquenal, e, em 21 de agosto de 2017, foi entregue a proposta final à Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.

Assim, o referido processo encontra-se em andamento dentro da Agencia, e a sua conclusão está prevista para abril de 2018.

(*) Informações conforme contrato de concessão.

(**) Informações não examinadas por nossos auditores.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolve empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Isolux e do Grupo Engevix, os quais foram e são acionistas indiretos, respectivamente, da Companhia.

1.2. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou capital circulante negativo de R\$86.134 (R\$360.002 em 31 de dezembro de 2016). A melhora em 2017 foi devida, principalmente, à realocação da provisão para investimentos previstos em ampliação e recuperação da rodovia para o passivo não circulante, no montante de R\$ 236.436 e pagamento de fornecedores e outros no valor de R\$ 37.432. Essa situação de capital circulante negativo é usual nas fases inicial e intermediárias aos empreendimentos de concessão de serviços públicos, uma vez que no início do projeto há uma incidência muito grande de investimentos.

A Administração está discutindo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2017 totalizaram o montante de R\$ 847.275. Não houve recebimento de recursos durante o exercício de 2017, no entanto, a Companhia está aguardando a manifestação do BNDES para o próximo trimestre.

Os acionistas estão comprometidos com a realização de aportes de capital em volumes suficientes para cobrir eventuais necessidades de caixa nos termos definidos nos contratos de financiamento existentes. Conforme mencionado na Nota 16, em 2017, foram aportados pelos acionistas recursos no montante de R\$ 41.370.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, avaliação da provisão para investimentos pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2018.

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e contas a receber.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente— Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos e contas a pagar. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente— Continuação

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.3. Mensuração do valor justo--Continuação

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

2.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo a ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota 9.

2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.7. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

2.8. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.8. Impostos--Continuação

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

- A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.11. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

A Companhia não identificou impactos sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, em decorrência da adoção de alterações das normas que entraram em vigor pela primeira vez em 2017.

2.15. Normas e interpretações de normas emitidas mas ainda não vigentes

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas que não estavam em vigor até a data de emissão de demonstrações contábeis da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Normas e interpretações de normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

- **CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 - Instrumentos Financeiros encerra o projeto de substituição do “CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento do CPC 38 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 48 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018. A Companhia não espera que o CPC 48 tenha impacto em suas demonstrações contábeis.
- **CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente:** O CPC 47 substituirá praticamente todas as regras para reconhecimento de receitas. Esse modelo único busca trazer maior consistência e comparabilidade das práticas para reconhecimento de receitas entre setores, introduz novas estimativas e julgamentos, além de novos requisitos de divulgação. A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não espera que o CPC 47 tenha impacto em suas demonstrações contábeis.

CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil: O CPC 06 substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2019 nas suas demonstrações contábeis.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na Nota 17.

b) Intangível - ICPC 01 - Contratos de concessão

A Companhia registra ativo intangível decorrente de contrato de concessão de acordo com a ICPC 01, o qual foi amortizado até 31 de março de 2017 de acordo com a curva de demanda de tráfego. No entanto, a partir de 1º de abril de 2017, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas (definição da margem de lucro do serviço de construção e da taxa de desconto do fluxo de caixa dos investimentos), e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 3,22% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos a resultado, durante o período da concessão, será realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em outubro e ajustado quando necessário.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

d) Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	8.979	8.445
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.035	3.225
	13.014	11.670

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 99,5% a 100,5%.

5. Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	12.235	10.746
Visa vale pedágio	195	138
DBTRANS - vale-pedágio	1.134	857
ConectCar	393	221
Passe Expresso	-	12
Move Mais	71	-
Outros (a)	3.529	3.405
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.080)	(537)
	16.477	14.842

(a) Refere-se as receitas provenientes de créditos dos serviços acessórios ao do pedágio

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 12.235 (2016 - R\$ 10.746), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar") serão repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração considerando a composição das suas contas a receber em atraso, e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber --Continuação

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(537)
Constituição de provisão	(543)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.080)

6. Despesas antecipadas

	2017	2016
Seguros (i)	2.079	1.993
Riscos de engenharia	148	179
Responsabilidade civil	271	11
Riscos nomeados e operacionais	899	696
Garantia de execução da obra	760	1.107
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	587	622
Outras despesas	52	76
	2.717	2.691

(i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período.

(ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

7. Honorários da administração

a) Honorários da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.104 (2016 - R\$ 471).

Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2017 foi fixada a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal, no montante de R\$ 150.

	2017	2016
Conselho Fiscal	150	0
	150	0

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado

	<u>Edificações e benfeitorias</u>	<u>Equipamentos e instalações</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Outras imobilizações</u>	<u>Imobilizado andamento</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2016									
Saldo inicial	-	2.060	397	883	22	48	222	94	3.726
Aquisições	1.607	667	175	362	-	-	-	6	2.817
Depreciação/Amortização	(39)	(338)	(186)	(176)	(10)	(7)	(38)	-	(794)
Saldo contábil, líquido	<u>1.568</u>	<u>2.389</u>	<u>386</u>	<u>1.069</u>	<u>12</u>	<u>41</u>	<u>184</u>	<u>100</u>	<u>5.749</u>
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo	1.991	3.666	2.485	1.978	50	73	381	100	10.724
Depreciação acumulada	(423)	(1.277)	(2.099)	(909)	(38)	(32)	(197)	-	(4.975)
Saldo contábil, líquido	<u>1.568</u>	<u>2.389</u>	<u>386</u>	<u>1.069</u>	<u>12</u>	<u>41</u>	<u>184</u>	<u>100</u>	<u>5.749</u>
Em 01 de janeiro de 2017									
Saldo inicial	1.568	2.389	386	1.069	12	41	184	100	5.749
Aquisições	102	47	115	42	-	-	-	225	531
Baixas	-	-	(2)	-	-	-	-	(91)	(93)
Depreciação/Amortização	(67)	(369)	(145)	(200)	(7)	(8)	(39)	-	(835)
Saldo contábil, líquido	<u>1.603</u>	<u>2.067</u>	<u>354</u>	<u>911</u>	<u>5</u>	<u>33</u>	<u>145</u>	<u>234</u>	<u>5.352</u>
Em 31 de dezembro de 2017									
Custo	2.093	3.713	2.598	2.020	50	73	381	234	11.162
Depreciação acumulada	(490)	(1.646)	(2.244)	(1.109)	(45)	(40)	(236)	-	(5.810)
Saldo contábil, líquido	<u>1.603</u>	<u>2.067</u>	<u>354</u>	<u>911</u>	<u>5</u>	<u>33</u>	<u>145</u>	<u>234</u>	<u>5.352</u>
Taxas médias anuais de depreciação	10	10	20	10	20	10	10		

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Intangível

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Softwares	Intangível em formação	Total
Em 01 de janeiro de 2016						
Saldo inicial	1.147.317	115.027	671.697	1.100	69.229	2.004.370
Adição	26.317	35.721	7.556	386	30.114	100.094
Baixas	(11.200)	-	-	-	-	(11.200)
Baixa Amortização	1.415	-	-	-	-	1.415
Amortização	(38.165)	(4.041)	(22.264)	(554)	-	(65.024)
Saldo contábil, líquido	1.125.684	146.707	656.989	932	99.343	2.029.655
Em 31 de dezembro de 2016						
Custo	1.261.825	161.639	733.994	3.732	99.343	2.260.533
Amortização acumulada	(136.141)	(14.932)	(77.005)	(2.800)	-	(230.878)
Saldo contábil, líquido	1.125.684	146.707	656.989	932	99.343	2.029.655
Em 01 de janeiro de 2017						
Saldo inicial	1.125.684	146.707	656.989	932	99.343	2.029.655
Adição	221.667	8.179	-	125	5.345	235.316
Transferências	3.427	-	85.484	-	(88.911)	-
Amortização	(65.302)	(7.726)	(39.075)	(451)	-	(112.554)
Saldo contábil, líquido	1.285.476	147.160	703.398	606	15.777	2.152.417
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	1.486.919	169.818	819.478	3.857	15.777	2.495.849
Amortização acumulada	(201.443)	(22.658)	(116.080)	(3.251)	-	(343.432)
Saldo contábil, líquido	1.285.476	147.160	703.398	606	15.777	2.152.417
Prazo remanescente de amortização (anos)	17	17	17	5	-	

9. Intangível--Continuação

i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo até 31 de março de 2017 era efetuado de acordo com a curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de abril de 2017, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do término contratual.

Segue abaixo a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Investimentos realizados (Nota 12)	11.605	160.030
Adições ao intangível (Nota 9)	235.316	100.094
Acréscimo da provisão (Nota 12)	(228.362)	(69.594)
Capitalização de juros (Nota 11)	(1.578)	(6.667)
Margem de construção (Nota 17)	(378)	(3.688)
Aquisições demonstradas no fluxo de caixa	<u>16.603</u>	<u>180.175</u>

ii) Intangível em formação

Intangível em formação corresponde, basicamente, aos investimentos em duplicação de pista ainda não concluídos que representam potencial de geração de receita adicional através do incremento do tráfego. O prazo para conclusão está previsto para o final de 2018.

10. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a pagar aos fornecedores (i)	31.631	69.316
Cauções contratuais (ii)	8.788	26.696
Total	<u>40.419</u>	<u>96.012</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços administrativos e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação.
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Taxa efetiva	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/2017	31/12/2016
BNDES (i)					
	TJLP + 2,16% a.a.	54.067	494.465	548.532	590.649
(-) Custos de transação		(857)	(2.481)	(3.338)	(4.298)
(-) Títulos e valores mobiliários		(30.738)	-	(30.738)	(31.020)
Subtotal – BNDES		22.472	491.984	514.456	555.331
HAITONG (i)	TJLP + 5,2% a.a.	5.387	52.806	58.193	62.156
Subtotal – HAITONG		5.387	52.806	58.193	62.156
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	5.170	51.743	56.913	60.729
(-) Custos de transação		(60)	(181)	(241)	(309)
Subtotal – Votorantim		5.110	51.562	56.672	60.420
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	3.577	35.267	38.844	41.479
(-) Custos de transação		(232)	(695)	(927)	(1.184)
Subtotal – ABC		3.345	34.572	37.917	40.295
Banco do Brasil	2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a.	-	-	-	61
Total de empréstimos e financiamentos		36.314	630.924	667.238	718.263

(i) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$1.369.143. Até 31 de dezembro de 2017, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$847.275.

a) Custos de transação

Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui aplicação financeira mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 30.738, remunerada a 100,5% do CDI, que se constitui em reserva real para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A..

c) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

d) Capitalização de juros

A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram adicionados ao intangível em formação juros no montante de R\$1.578 (2016 - R\$6.667).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Até um ano	68.201	57.280
Acima de um ano e até dois anos	75.773	74.787
Acima de dois anos e até três anos	86.919	78.946
Acima de três anos e até quatro anos	94.601	86.610
Acima de quatro anos e até cinco anos	102.977	94.255
Mais de cinco anos	274.011	363.194
	<u>702.482</u>	<u>755.072</u>
(-) Custos de transação	(4.506)	(5.789)
(-) Títulos e valores mobiliários	(30.738)	(31.020)
	<u>667.238</u>	<u>718.263</u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	24.977	693.286	718.263
Encargos	69.802	-	69.802
Transferências	63.645	(63.645)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(122.392)	-	(122.392)
(-) Custos de transação	-	1.283	1.283
(+/-) Títulos e valores mobiliários	282	-	282
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>36.314</u>	<u>630.924</u>	<u>667.238</u>

12. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias a serem realizados até 2020, prevê desembolsos de R\$743.765 (R\$509.670 em 31 de dezembro de 2016), sendo que R\$ 9.943, deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2018. Essa provisão foi revista, porém estamos aguardando o processo de Revisão Quinquenal, que está em análise na Agência Nacional de Transporte (ANTT), conforme previsto na cláusulas 16.5 do Contrato de Concessão, que possibilita a reavaliação da Concessão em relação a sua compatibilidade com as reais necessidades advindas dos Sistema Rodoviário e cenário econômico que está prevista para o 1º quadrimestre de 2018.

Seguem abaixo os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia--Continuação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 1º de janeiro	509.670	582.693
Revisão orçamentária - complemento da provisão (i)	228.468	66.030
Adições ao intangível	-	3.564
Ajuste a valor presente	17.338	17.413
Investimentos realizados	(11.605)	(160.030)
Total	743.871	509.670
Circulante	(9.943)	(246.379)
Não circulante	733.928	263.291

- (i) Em 2017 e 2016 a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base no orçamento aprovado para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados. A variação positiva identificada na provisão se deve principalmente à revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. Essa alteração foi considerada como uma mudança de estimativa do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível. Durante o exercício de 2017, a Companhia analisou os investimentos a serem realizados com base na Revisão Quinquenal, que está em análise na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, reprogramando seus investimentos ao longo dos próximos anos..

13. Parcelamentos de dívidas com ANTT

Em 2017, foram provisionados dois processos com probabilidade de perda provável, no valor nominal de R\$ 821, perfazendo um valor total de R\$ 4.782 (2016 – R\$ 3.961). Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela SELIC referente a essas infrações no passivo circulante.

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia decidiu aderir ao PRD – Programa de Regularização de débitos não tributários, instituído pela Medida Provisória nº 780 de 19 de maio de 2017 e de acordo com a Resolução 5.386, de 12 de julho de 2017, foram incluídos os parcelamentos ordinários da Lei nº 11.941/09, com objetivo de aproveitar suas condições diferenciadas de pagamento e as reduções legais.

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado abaixo:

Saldo dos parcelamentos em 31 de dezembro de 2016	21.025
Inclusão débito	821
Atualizações e multas (i)	3.687
Pagamentos correntes	(2.125)
Reversão de parcelamentos Lei nº 11.941/09	(11.049)
Adesão PRD Resolução nº 5.386, efeito líquido	6.941
Saldo dos parcelamentos em 31 de dezembro de 2017	19.300
Circulante	9.628
Não circulante	9.672

A adesão ao PRD – Programa de Regularização de débitos não tributários, instituído pela Medida Provisória nº 780 foram divididos em 60 parcelas, com prazo de vencimento para novembro de 2022.

Os valores dos juros e multas de mora, líquidos das reduções legais, foram reconhecidos como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

Base	Saldo em 31/12/2016	Adições (exclusões)	Saldo em 31/12/2017
Margem de construção	(22.073)	81	(21.992)
Capitalização de juros	(21.185)	1.156	(20.029)
Ajuste encargos financeiros - apropriação AVP	30.727	5.895	36.622
Amortização do intangível provisionado	24.010	7.254	31.264
Diferença de taxa de amortização	(5.271)	291	(4.980)
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	(1.969)	437	(1.532)
Provisão para contingências	390	54	444
Provisão para manutenção	-	36	36
Outras provisões	1.306	32	1.339
	5.935	15.236	21.171

Estudos técnicos de viabilidade elaborados pela Administração indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano	Consolidado	
	2017	2016
2017	-	3.044
2018	3.215	2.610
2019	4.082	167
	7.297	5.821

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização em 2017 foi de R\$6.055 (2016 - R\$5.729), sendo essa recolhida mensalmente. A verba de fiscalização é reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 515 (2016 - R\$ 497).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito será no montante anual de R\$ 1.313, reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio.

O valor total gasto relativo à verba de fiscalização para segurança no trânsito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$7.368(2016 – R\$6.336).

Os compromissos assumidos pela Companhia para pagamento das verbas de fiscalização e de segurança no trânsito até o final do prazo de concessão estão demonstrados a seguir.

	2017	2016
Até um ano	7.528	7.275
Acima de um ano e até dois anos	7.528	7.275
Acima de dois anos e até três anos	7.528	7.275
Acima de três anos e até quatro anos	7.528	7.275
Acima de quatro anos e até cinco anos	7.528	7.275
Mais de cinco anos	81.085	92.763
	118.723	129.141

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 2017, a acionista Roadis Participações na Via Bahia Ltda. integralizou 41.370.000 ações ordinárias, através do aporte de recursos em espécie no montante de R\$ 41.370.

Em função do aumento retromencionado, o capital social integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 797.516 (2016 - R\$756.146), e está representado por 635.121.768 ações ordinárias e sem valor nominal (2016 – 593.751.768).

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016		
	Quantidade	%	Quantidade	A	
	Integralizadas		Integralizadas	integralizar	
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	601.504	94,71	560.134	41.370	94,71
Infravix Participações S.A.	33.617	5,29	33.617	-	5,29
	635.121	100,00	593.751	41.370	100,00

(b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, através do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não gerou base de cálculo de incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida

	2017	2016
Receitas de pedágio		
Numerários (i)	139.865	111.598
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	135.939	109.747
Visa Vale (iii)	18.215	14.441
DBTRANS (iii)	12.740	10.035
Sobras de arrecadação	64	75
	306.823	245.896
Receitas acessórias		
Receitas extraordinárias	2.954	2.906
Receitas de construção		
Obras de infraestrutura (iv)	19.265	188.124
Tributos sobre serviços da operação	(26.960)	(21.666)
	302.082	415.260

(i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques.

(ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP e ConectCar).

(iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas.

(iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

	2017	2016
Receita de obras de infraestrutura	19.265	188.124
Custos de construção	(18.887)	(184.436)
	378	3.688

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Custos de conservação</u>		
Custos com pessoal	(1.369)	(869)
Serviços de terceiros (i)	(32.901)	(10.039)
Material, equipamentos e veículos	(1.148)	(473)
Manutenção	(105)	-
Outros gastos conservação	(477)	(520)
	<u>(36.000)</u>	<u>(11.901)</u>
<u>Custos de operação</u>		
Custos com pessoal	(17.857)	(15.818)
Serviços de terceiros (i)	(25.032)	(24.956)
Material, equipamentos e veículos	(9.500)	(9.905)
Verbas de fiscalização e de segurança do trânsito (Nota 15)	(7.368)	(6.336)
Seguros	(2.698)	(2.799)
Depreciação e amortização (ii)	(112.408)	(74.552)
Outros gastos operação	(3.054)	(3.237)
	<u>(177.917)</u>	<u>(137.603)</u>
<u>Custos de monitoramento</u>		
Serviços de terceiros	(581)	(1.195)
<u>Custos de construção</u>		
Custos dos serviços de construção (iii)	(18.887)	(184.436)
Total	<u>(233.385)</u>	<u>(335.135)</u>

- (i) Referem-se basicamente a serviços de reparo de rodovia, limpeza, vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia. O aumento observado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorre da ausência de investimentos no período, ocasionando o aumento de obra de reparos da rodovia.
- (ii) Variação referente a mudança no critério de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, conforme divulgado na Nota 9i).
- (iii) Redução em linha com a receita de construção do período, conforme mencionado na Nota 17 iv).

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Serviços de terceiros (i)	(8.675)	(11.035)
Depreciação e amortização	(981)	(1.051)
Propaganda e publicidade	(788)	(1.209)
Material, equipamentos e veículos	(657)	(435)
Despesas com pessoal	(16.041)	(8.263)
Arrendamentos e aluguéis	(976)	(920)
Gastos com viagens	(1.084)	(924)
Energia, telefone e correspondências	(294)	(223)
Ressarcimento de danos aos usuários	(157)	(167)
Associação de classe	(174)	(147)
Editais e publicações	(257)	(320)
Despesas com contingências	37	(506)
Outras despesas gerais e administrativas	(4.978)	(4.998)
	(35.025)	(30.198)

(i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e comunicação social.

20. Receitas e despesas financeiras, líquidas

	2017	2016
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(69.802)	(77.962)
Capitalização de juros	1.578	6.667
AVP sobre provisão para investimentos	(17.338)	(17.413)
Apropriação dos custos de transação	(1.322)	(1.407)
Multas e juros de mora parcelamento	(3.687)	(1.342)
Outras	(517)	(850)
	(91.088)	(92.307)
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicação financeira	3.027	3.863
Juros ativos	17	146
Outras	1.898	30
	4.942	4.039
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(86.146)	(88.268)

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Despesas de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(53.563)	(38.772)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal nominal de 34%	(18.211)	(13.182)
Adições (exclusões) permanentes		
Despesas não dedutíveis	371	4.754
Outras, líquidas	2.604	(1.955)
Imposto de renda e contribuição social diferido apresentados no resultado	(15.236)	(10.383)
Alíquota efetiva	-	-

A base de cálculo dos tributos diferidos está demonstrada na Nota explicativa 14.:

22. Resultado por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(37.233)	(28.389)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	621.559	608.034
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,06)	(0,05)

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2016	668	705	1.373
Constituição	170	-	170
Baixa/Reversão	(207)	(225)	(432)
Saldos em 31 de dezembro 2017	631	480	1.111

	Depósitos judiciais			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	Total
Saldos em 31 de dezembro 2016	969	507	-	1.476
Adições	387	96	47	530
Baixa/Reversão	(693)	(603)	-	(1.296)
Saldos em 31 de dezembro 2017	663	-	47	710

- i. A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de probabilidade de perda provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais mantém provisão constituída em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 1.111 (R\$ 1.373 em 31 de dezembro 2016).

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de probabilidade de perda possível por seus advogados, no montante estimado de R\$ 81.271 (R\$ 43.155 em 31 de dezembro de 2016), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

- ii. Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui 125 (2016 – 87) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$ 111.254 (2016 – R\$ 70.911) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas.

Adicionalmente, 39 (2016 - 39) ações foram ajuizadas na Justiça Federal do Distrito Federal contra a ANTT, objetivando a declaração, pelo Poder Judiciário, da nulidade de 47 (2016 – 47) autuações, que somam R\$24.986 (2016 - R\$ 24.986).

As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária ("PER");
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios-- Continuação

- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER;
- (d) Não entrega da documentação relativa aos projetos dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, no qual solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos a probabilidade de perda para a Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliado como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Até 31 de dezembro 2017, foram arquivados e deferidos em favor da Companhia 57 processos (2016 – 57 processos), no montante total de R\$ 46.697 (2016 - R\$ 46.697).

A Administração da Companhia conforme divulgado na nota 1, está discutindo com a ANTT a revisão Quinquenal do Contrato de Concessão que inclui também os autos e notificações referentes a aplicação de penalidades pelo não atendimento dos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER e não espera incorrer em perdas relevantes como resultado desta revisão.

- iii. Em abril de 2017, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$16.575.

Em 08 de novembro de 2017, foram julgados improcedentes as impugnações apresentadas pela Companhia, tendo em vista a avaliação de nossos consultores como possível em 04 de dezembro 2017, foi protocolado o recurso voluntário junto ao CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda.

A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como “possível” a probabilidade de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrerão a partir de 2020.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue.

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção	-	105	105
Efeito valor presente sobre constituição	-	1	1
	<u>-</u>	<u>106</u>	<u>106</u>

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de *benchmark* de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota 1.2.

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") e de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota 10) e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário Provável (II)</u>	<u>Cenário Provável (III)</u>
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(48.858)	(61.073)	(73.287)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	3.450	2.587	1.725
Efeito total Líquido		45.408	58.586	71.562

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

f) Análise de sensibilidade--Continuação

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados acima podem ser observados como segue:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário Provável (II)</u>	<u>Cenário Provável (III)</u>
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	9,92%	7,44%	4,96%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

g) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda”, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros não mensurados a valor justo. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários (depósitos em garantia)	-	30.738	-	30.738
Contas a receber	16.477	-	-	16.477
Caixa e equivalentes	13.014	-	-	13.014
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Fornecedores	40.419	-	-	40.419
Empréstimos e financiamentos	-	697.976	-	697.976

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016 pode ser assim sumariado:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	667.238	718.263
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(13.014)	(11.670)
Dívida líquida	654.224	706.593
Total do patrimônio líquido	718.992	715.949
Total do capital	1.373.216	1.422.542
Índice de alavancagem financeira	0,48	0,57

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2017, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos cobertos	Bens segurados	Montante cobertura	Vencimento
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	81.000	Abril 2019
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	22.500	Setembro/2018
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infra-estrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	151.335	Outubro/2018
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	30.000	Abril/2018

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- Seguros contra danos materiais - cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão.
- Garantia de execução - seguro que a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais relativos ao escritório sede, localizado na Rua Jacaratiá, nº106 - Caminho das Árvores, Salvador-Bahia.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais e produtos relativos a máquinas e equipamentos, tratores, retroescavadeiras, roçadeiras e caminhões.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

27. Evento Subsequente

Em 25 de janeiro de 2018, a ANTT concluiu a análise da 7º Revisão Ordinária e a 10ª Revisão Extraordinária da Tarifa de Pedágio, aumentando a tarifa em 13,33%, a qual passou de R\$4,50 para R\$5,10, sendo 2,70% por atualização do índice IRT- índice de Reajuste da Tarifa e 10,63% relativo a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela Companhia.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa, o Valor Adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente os aspectos relevantes da situação patrimonial e financeira da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., e à vista do Relatório dos Auditores Independentes – Ernst & Young Auditores Independentes S/S, emitido sem qualquer ressalva em 07 de março de 2018, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos examinados a serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Salvador, 21 de março de 2018.

Reinaldo Cardoso da Silveira

Conselheiro

Manoela Cristina Silva Almeida

Conselheira

Ademir José Scarpin

Conselheiro